

CARACTERIZAÇÕES DE JECA TATU NO SISTEMA BUROCRÁTICO ESTATAL BRASILEIRO SOB A ÓTICA WEBERIANA

Cristina Hinterlang^{*}
Gustavo Biasoli Alves^{**}

RESUMO: O presente texto tem como propósito analisar o posicionamento do escritor Monteiro Lobato acerca do sistema burocrático estatal brasileiro por meio da pitoresca personagem Jeca Tatu, caracterizado nos contos *Urupês* (1918) e *Jeca Tatu: a ressurreição* (1918). Para esta investigação, privilegiam-se os conceitos de Max Weber no tocante à burocracia, os quais são discutidos nas obras *Ensaio de Sociologia* (1982), *Os Economistas* (1997) e *Economia e Sociedade* (2004). Para esse pensador, a burocracia é apresentada como organização necessária e eficiente por excelência, enquanto para Lobato, o sistema burocrático brasileiro parece caracterizar-se como ineficiente, uma vez que o personagem Jeca Tatu, metáfora do homem do campo da década de 1918, é tido como doente e incapacitado para o trabalho por ser, talvez, vítima do sistema político vigente, que não lhe garante mínimas condições de qualidade de vida.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura Lobatiana; Burocracia; Max Weber.

ABSTRACT: This study has the purpose to analyze the writer Monteiro Lobato's point of view about the Brazilian bureaucratic system through the picturesque character Jeca Tatu, featured in stories *Urupês* (1918) and *Jeca Tatu – a ressurreição* (1918). For this investigation, it's emphasized Max Weber's concepts in relation to bureaucracy, which they are discussed in *Ensaio de Sociologia* (1982), *Os Economistas* (1997) e *Economia e Sociedade* (2004). For the thinker, the bureaucracy is presented as necessary and efficient organization for excellence, while for Lobato, Brazilian bureaucratic system seems to be characterized as inefficient, because the character Jeca Tatu, metaphor of the agriculturist in decade of 1918, he is considered as sick and unable to work and, maybe, a victim of the political system, which it is not guarantee to him a minimum conditions of quality of life.

KEYWORDS: Lobato's Literature; Bureaucracy; Max Weber.

INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas na sociedade em decorrências das Revoluções, sobretudo no século XIX, propiciaram o desenvolvimento de uma nova ciência a fim de explicar os processos de mudança pelos quais a

^{*} Mestranda do Programa de Pós-Graduação, Stricto Sensu, em Letras, área de concentração em Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Cascavel

^{**} Gustavo Biasoli Alves, Prof. Dr. da disciplina Teoria Sociológica, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, área de concentração em Linguagem e Sociedade, Nível de Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná- UNIOESTE

nova sociedade transitava. A nova ciência, a Sociologia, se constituiu como forma de conhecimento para representar a manifestação do pensamento moderno, sendo assim, nesse campo de estudo observa-se a existência de diversas teorias acerca do conhecimento científico que explicam sob óticas diferenciadas como uma sociedade se organiza e desenvolve. Embora haja diversas abordagens teóricas distintas, alguns temas e pensadores são clássicos, e conhecê-los se faz necessário para tentar compreender a problemática relação existente entre homem e sociedade no mundo moderno.

Sendo assim, o presente estudo visa compreender fenômenos históricos e sociais, ou seja, a estrutural social por meio dos estudos de Max Weber, considerado um dos fundadores do estudo moderno da Sociologia por considerar em suas teorias que a sociedade, enquanto totalidade social, é o resultado das formas de relação entre seus sujeitos constituintes. Portanto, nessa perspectiva, tem-se como ponto de partida a compreensão da vida social e o papel do sujeito nessa sociedade a fim de se analisar o pensamento sociológico brasileiro presente na literatura de Monteiro Lobato da década de 1918, período de composição e divulgação dos contos *Urupês* (1918) e *Jeca Tatu – a ressurreição* (1918), os quais fazem parte do *corpus* desse estudo. Busca-se, ainda, observar como o pensamento e a visão de mundo de Monteiro Lobato ressoam a partir da voz de seu personagem Jeca Tatu, objetivando responder como é descrita a relação entre Jeca Tatu e o sistema burocrático brasileiro, e ainda, como o caipira é controlado e dominado pela estrutura burocrática estatal?

Para dar início ao estudo, apresentam-se algumas considerações acerca da relação Literatura/ Vida Social e Produção Cultural de acordo com os pressupostos teóricos da obra *Literatura e Sociedade* (2006) de Antônio Candido e *Questões de Sociologia* (1983) e *As Regras da Arte* (1996) de Bourdieu. Entende-se que seja necessário abordar a questão literatura/ vida social e cultural, uma vez que arte literária e sociedade podem manter vínculos próximos, pois a obra literária, segundo Candido (2006), absorve e expressa as condições de um determinado contexto, o que a torna um poderoso instrumento de mobilização social. Assim, se a literatura é capaz de representar aspectos da vida social e de certa forma influenciar o receptor, é possível, então, analisar por meio do texto literário a produção de ideias, de representações e de consciência de um determinado período.

Após essa abordagem inicial a respeito da literatura/ vida social e cultural, são discutidos os conceitos de burocracia weberiana que permeiam as obras *Ensaio de Sociologia* (1982), *Os Economistas* (1997) e *Economia e Sociedade* (2004). Apresentam-se, ainda, algumas caracterizações do estilo literário de Monteiro Lobato, que para muitos pesquisadores, foi o literato mais representativo da geração de escritores do país nas décadas de 1910 a 1940. Por meio dos textos, o escritor incita o senso crítico do leitor, levando-

o a rejeitar ideias pré-concebidas e propicia a discussão entre personagens adultas e crianças, permitindo o levantamento de problemas sociais, políticos, econômicos e culturais do país. Finalmente, a última etapa desse estudo, consiste em analisar, sob a ótica weberiana, o posicionamento do escritor acerca do sistema burocrático estatal brasileiro por meio do pitoresco personagem Jeca Tatu.

1 LITERATURA: VIDA SOCIAL E PRODUÇÃO CULTURAL

A despeito da relação existente entre literatura e sociedade, nota-se que essa relação está enraçada no pensamento histórico brasileiro, pois as diferentes correntes de pensamento voltaram-se para a caracterização da literatura como portadora ou refletora do mundo social. Sendo assim, essa relação acompanha a literatura até os dias de hoje.

Na história literária brasileira, observa-se que a literatura em fase de surgimento assume o compromisso de retratar o país, e inclina-se para as tendências realistas e não ficcionais. De acordo com Cândido, a ficção foi submetida a segundo plano devido à incompatibilidade com o real e por representar ameaça à ordem dos valores vigentes da época. A representação do real e social articula-se com o discurso dos intelectuais, e desta forma, as mais significativas expressões nacionais assumem o caráter de discurso literário e histórico, em que literatura e história se fundem na apreensão dos aspectos sociais. Exige-se objetividade, condenam-se interpretações e opiniões, e a realidade social é considerada um fato de interesse da ciência. Desta forma, entende-se o porquê da literatura estar à sombra protetora da sociologia, uma vez que essa, forneceu os requisitos necessários ao reconhecimento social da literatura.

Nessa perspectiva, Bourdieu (1983) também, considera e acrescenta que a literatura, enquanto campo de produção de bens simbólicos e culturais, faz referências à história, não se apresentando como reflexo do social, mas sim como expressão desse universo, uma vez, que a literatura é considerada uma produção humana realizada por indivíduos situados num tempo e espaço, e permeada por representações simbólicas que expressam o cotidiano de seus produtores.

Assim, se a literatura é expressão de características da vida social, essa pode ser caracterizada como campo de produção cultural, pois segundo Bourdieu (1996), o conceito de campo é entendido como sistema simbólico, ou seja, representa um campo de forças e lutas que objetiva manter correspondência entre os agentes, tais como autores, mercado editorial, leitores.

No entanto, Cândido (2006) esclarece que é necessário entender que a sociologia se constitui apenas como disciplina auxiliar no tocante à literatura, interessada, principalmente, em analisar os tipos de relações e

os fatos estruturais ligados à vida artística como causa ou consequência, porém, sem pretensões de explicar o fenômeno literário ou artístico. Quanto ao sociólogo moderno, esse deve conceber a arte como ação de fatores do meio; que se exprimem na obra e produz sobre os indivíduos um efeito prático, ao modificar a conduta e concepção de mundo, ou que reforça o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores da arte.

Por isso, entende-se que o autor do texto literário não está fora da vida social e ao produzir a obra não se distancia do real, pois nele está imerso. Transmite ao leitor sentimentos e ideologias, sendo assim, o autor constitui-se como um ser social e histórico, o qual representa a realidade por meio do recurso linguístico. Deste modo, a literatura demonstra-se essencial para a compreensão de processos correntes em determinados agrupamentos sociais, visto que recria aspectos culturais que exprimem a vida social de um determinado grupo, conforme atesta Cândido (2006, p.79):

Ora, tanto quanto sabemos, as manifestações artísticas são inerentes à própria vida social, não havendo sociedade que não as manifeste como elemento necessário à sua sobrevivência, pois, como vimos, elas são uma das formas de atuação sobre o mundo e de equilíbrio coletivo e individual. São, portanto, socialmente necessárias, traduzindo impulsos e necessidades de expressão, de comunicação e de integração [...]

Considera-se, então, que por meio da análise sociológica é capaz de interpretar convenientemente, que em determinadas sociedades o sentimento estético pode se relacionar estreitamente aos meios de vida, à organização social, e representar uma nítida sublimação de normas, valores e tradições do grupo.

De acordo com Cândido (2006), a função social da obra decorre de sua própria natureza, de sua inserção no universo de valores culturais e do seu caráter de expressão, por isso, independe da vontade ou consciência dos autores e leitores. Ressalta-se que tanto os artistas quanto o público estabelecem certos planos conscientes a fim de atribuir significado à obra.

Em relação ao autor de obras literárias, Bourdieu (1996) menciona que esse criador privilegia em seu processo de criação, situações relacionadas à realidade, as quais são observáveis por meio da linguagem utilizada pelo autor, sendo esta, repleta de objetivações apreendidas e determinadas pela vida social, e dotada de significação por se vincular ao universo simbólico no qual foi elaborada. Dessa forma, compreende-se que a arte literária para Bourdieu é um meio de se compreender processos correntes nos grupos sociais.

E nessa mesma perspectiva, destaca-se que a literatura sob a ótica de Cândido é um sistema ativo de obras que age umas sobre as outras e sobre os leitores. A obra não é produto fixo e único diante do público e muito menos o público é passivo e homogêneo. O artista pretende atingir determinado fim e o leitor deseja que ele lhe mostre determinado aspecto da realidade. O contexto social não impõe nem determina a obra literária, é apenas pano de fundo sobre o qual se desenrola a trama ficcional.

Após essa abordagem inicial a respeito da literatura/ vida social e produção cultural busca-se discutir, a seguir, conceitos de burocracia que permeiam obras de Max Weber a fim de se apresentar como o sistema burocrático estatal se organiza e se relaciona com o social, para então, analisar representações da personagem Jeca Tatu de Monteiro Lobato na organização burocrática do Estado Brasileiro.

2 CARACTERÍSTICAS DA BUROCRACIA WEBERIANA

A “autoridade burocrática” em governos públicos, segundo Weber (1982), é constituída por meio de elementos normativos que regulam as atividades, distribuindo-as de forma fixa. Ao mesmo tempo, as normas para ordenar a execução de tais atividades, estão relacionadas aos meios de coerção de diversas naturezas.

Além dos meios de coerção que proporcionam autoridade, a mesma se dá em uma forma hierárquica, um sistema rigorosamente ordenado de mando e subordinação, havendo uma supervisão dos postos inferiores pelos superiores. No sistema hierárquico, uma decisão tomada por um subordinado, pode ser alterada ou anulada por seu superior de forma precisa e regulamentada. Nessa hierarquia, para que se estabeleçam os cargos em seus níveis, somam-se aos funcionários, arquivos de documentos e expedientes, constituindo uma “repartição” com afazeres inerentes ao seu nível hierárquico. Tal repartição, em uma organização moderna do serviço público separa a repartição do domínio privado do funcionário, distinguindo suas atividades oficiais das pessoais da mesma forma que os bens públicos e da propriedade privada da autoridade.

Na organização burocrática, existe treinamento especializado e completo para a preparação de funcionários que irão ocupar os cargos, assim, normalmente é exigida plena capacidade de trabalho e cumprimento de tempo de serviço atribuído ao cargo do trabalhador. Para desempenhar tal cargo, deve-se desempenhar regras gerais de caráter quase estável e que podem ser aprendidas por meio de um processo de ensino técnico especial ao qual se submetem os funcionários.

O treinamento rígido que demanda toda a capacidade, durante um longo período de tempo e nos exames para admissão, e a posição do funcionário com a natureza de um dever, evidenciam o fato da ocupação

de um cargo ser considerada uma "profissão". O ingresso em um cargo é considerado uma aceitação de uma obrigação específica em troca de uma existência segura.

O funcionário moderno busca e normalmente desfruta uma estima social específica, assegurada por normas que se referem ao patamar hierárquico ocupado. Essa posição é habitualmente mais elevada quando predominam condições como: quando há uma forte procura por especialistas; quando o funcionário apresenta uma diferenciação social forte e estável por geralmente vir de camada social privilegiada econômica e socialmente; quando custos do treinamento necessário e das convenções lhes impõem obrigações. Normalmente, a estima social dos funcionários é baixa quando a exigência de uma administração especializada e o domínio das convenções são fracos.

O típico funcionário burocrático é nomeado por uma autoridade superior. Diferentemente de funcionários eleitos por governados, aqueles que são nomeados por um chefe, tendem a funcionar de modo mais preciso do ponto de vista técnico. Os governados podem tomar conhecimento da qualificação de um funcionário somente depois de seu serviço e, além disso, partidos podem apoiar candidatos por seu grau de aproximação com o líder e não por sua competência técnica.

Por fim, as características da posição do funcionário segundo Weber (1982) incluem ainda três fatores. Primeiro, nas burocracias públicas, a posição do funcionário normalmente é vitalícia, como norma concreta, mesmo quando ocorre o afastamento ou remoção periódica. Segundo, o funcionário é recompensado monetariamente por meio de salário normalmente fixo e é garantida a segurança na velhice em forma de pensão. Terceiro, dentro da ordem hierárquica do serviço público há uma "carreira" para a qual o funcionário se prepara e almeja conquistar promoções, seja por tempo de trabalho na instituição, seja por suas qualificações diplomadas ou mesmo por levar em conta demais qualificações gerais, intelectuais e pessoais.

2.1 Questões Sociais da Burocracia

Weber (1982) considera que por meio do nivelamento das diferenças econômicas e sociais a organização burocrática conseguiu atingir seu domínio de interesse, seja esta igualação, no mínimo, concernente à significação das diferenças sociais e econômicas para a assunção de funções administrativas. A procura de nivelamento pessoal e funcional perante a lei propicia a regularidade do exercício de autoridade como princípio característico da burocracia. Assim, a burocracia acompanha a moderna democracia, diferentemente de governos autônomos democráticos de pequenas unidades homogêneas.

Entretanto, a expressão “democratização” pode ser enganosa. Uma massa inarticulada ao invés de conseguir governar associações maiores, é governada. A existência dessa massa inarticulada e enquadrada num processo de democratização não exerce função diretamente nas decisões administrativas das grandes associações, ela apenas passa a participar do processo de escolha de seus líderes executivos.

Desta forma, “democratização” não precisa significar uma participação ativa dos governados na cúpula da estrutura social, mas em um conceito político advindo dos direitos igualitários dos dominados, faz-se necessário ampliar a acessibilidade a cargos do funcionalismo tendendo evitar mecanismos protecionistas em tais cargos.

Também é mencionada por Weber (2004) uma modalidade aditiva de tais aplicações democráticas, ou seja, a “administração diretamente democrática” onde o dominador é considerado e se sente um servidor dos governados, conotando uma aparência de modéstia ao detentor do poder. A característica democrática reside na minimização da extensão do poder de mando e no fato de se basear no pressuposto da igualdade de qualificação de todos para a administração dos assuntos comuns.

Neste caso, as funções administrativas podem ser conferidas mediante eleição direta, sorteio ou simplesmente assumidas em um turno. Os membros da associação detêm todas as decisões materiais, sobretudo as mais importantes, deixando com os funcionários somente a incumbência da preparação e execução das decisões tomadas e a administração de assuntos correntes, em conformidade com as disposições da assembléia dos integrantes da associação.

Em alguns momentos, haverá a necessidade de conferir certos poderes de mando a algum funcionário, alterando sua função de simples servidor em um cargo de exercício do domínio. Contra isso, instituem-se limitações democráticas contra o desenvolvimento de tal posição. Entretanto, a igualdade e a minimização do poder de mando dos funcionários podem trazer consigo os grêmios aristocráticos dentro da própria camada dominante.

Quanto às influências das condições econômicas no processo democrático, Weber (1982) afirma ser frequente a interveniência de uma origem economicamente determinada de classes novas de poder econômico inferior. Tais classes podem gerar em seu favor um poder político objetivando alcançar vantagens econômicas ou sociais por meio da assistência política. Também há registros históricos de altas classes sociais que exploraram antagonismos sociais e econômicos além de interesses de classes simplesmente como forma de alcançar seus objetivos de poder político. Esse foi o motivo pelo qual autoridades políticas tiraram as classes antagônicas de seu equilíbrio quase sempre instável confrontando seus conflitos de interesses latentes.

Na organização burocrática de uma estrutura social, as ações de poder político proporcionam consequências econômicas de grande amplitude. Obviamente, a distribuição do poder econômico e social, principalmente da camada ocupada por mecanismos burocráticos emergentes, influencia os resultados das ações políticas da burocracia e, portanto, dependem da direção que os poderes que detêm a estrutura determinarem.

O nivelamento social nas organizações estatais e políticas, a burocratização e a extinção de privilégios locais favoreceram o sistema capitalista. A destruição de estruturas locais firmemente estabelecidas e o nivelamento legal geralmente contribuíram para o desenvolvimento da atividade capitalista. Contudo, a burocratização também beneficia classes dominadas por meio de uma estrutura política que atenda aos interesses do pequeno-burguês garantindo uma segurança de subsistência ou, pelo menos, uma estrutura política estatal socialista capaz de sufocar as oportunidades de lucro privado.

2.2 Questões Políticas da Burocracia

A burocracia em um estado moderno, segundo Weber (1997), detém o poder que é exercido por meio da condução da administração na rotina do dia-a-dia e não mediante falas de monarcas ou discursos parlamentares. O histórico da economia demonstra que ela modernizou-se com o avanço em direção ao capitalismo da mesma forma como o estado democrático ou monárquico modernizaram-se com o progresso em relação ao funcionalismo burocrático (divisão funcional e treinamento especializado do trabalho, formalização do emprego, estabelecimento de salários, pensões, promoções, implementação de departamentalização, processos documentários, sub e superordenação hierárquicas). O estado democrático embarca funcionários civis aptos para tomada de decisões sobre todos os problemas e necessidades diários dos governados, eliminando, desta maneira, a administração patrimonial, patriciana, feudal, entre outras que exercem o poder de forma hereditária ou honorária.

O estado moderno em termos sociológicos é considerado uma empresa idêntica a uma fábrica. O trabalho realizado nos escritórios da iniciativa privada não difere daquele efetuado em uma repartição pública. As relações de autoridade em ambos têm as mesmas raízes como quando é sabido que: 1) No caso da empresa privada, a relativa independência do funcionário em relação ao empresário baseia-se na propriedade dos meios de produção com os quais se exerce funções econômicas; 2) Na organização estatal, a dependência hierárquica do funcionário público é estabelecida pelo fato de que os meios indispensáveis para o ganho de subsistência e para a consecução da empresa estão nas mãos do mandatário político. A forma burocrática de dominação se dá da mesma forma em empresas

privadas e no estado, igualando-se em processos fundamentalmente funcionais.

A evolução em direção ao estado burocrático que administra e julga conforme o direito e doutrinas estabelecidas possuem estreitas relações com o desenvolvimento capitalista moderno. A empresa capitalista moderna está baseada essencialmente em cálculos e pressupõe um sistema legal e administrativo que possui normas gerais fixas permitindo um funcionamento racionalmente calculado.

Da mesma forma que a burocratização se desenvolve na economia e na administração pública, se desenvolve nos partidos políticos. Os partidos são constituídos por membros enquadrados em uma hierarquia na qual aqueles posicionados em seu topo são responsáveis pelas finanças do partido, definem programas e táticas além de selecionar candidatos.

Em estados modernos, os partidos políticos podem ser essencialmente organizações para concessões de cargos ou partidos que se baseiam, sobretudo, em uma ideologia partidária e querem dedicar-se à concretização de seus ideais políticos. No primeiro caso, o partido político tem como objetivo principal eleger seu líder à posição máxima na hierarquia estatal e, assim, este irá atribuir cargos públicos a seus seguidores partidários co-responsáveis por sua campanha eleitoral. No caso de partidos que objetivam a concretização de seus ideais políticos, possuem objetivos explícitos determinados pela tradição, impedindo modificações instantâneas.

Ainda sobre política, observa-se um crescente aumento do poder da burocracia estatal e uma preocupação com a necessidade dela bem como de mecanismos capazes de controlar eficazmente a influência desse segmento. Preocupa-se também com as limitações de eficiência da burocracia, tanto em nível público, governamental como privado.

A maneira de pensar e dirigir as organizações assemelham-se entre empresários e políticos, mas diferem-se substancialmente do funcionário público. O presidente de uma grande empresa que recebe salário de uma sociedade por ações é um funcionário como os demais da organização e, da mesma forma, acontece com um chefe público. Um ministro é formalmente um funcionário assalariado e com direito à aposentadoria, podendo renunciar ao cargo ou ser exonerado a qualquer momento, o que não ocorre com todos os funcionários. Outra disparidade latente é o fato deste ministro não ter necessidade de comprovar sua capacitação ou formação profissional, indicando sua distinção perante outros funcionários.

3 MONTEIRO LOBATO: CONSTRUTOR DE UM CAMPO INTELLECTUAL E LITERÁRIO

Ao se discutir a relação entre Sociólogo e criador literário, conforme já apresentada, parte do pressuposto que ambos são interpretes da realidade

social e dos acontecimentos históricos, possibilitando, assim, a compreensão de determinada realidade. Dessa forma, com o intento de se compreender a construção do personagem Jeca Tatu, julga-se esclarecedor apresentar, inicialmente, uma breve biografia acerca de Monteiro Lobato, o que permite situá-lo nos acontecimentos de sua época, como também, entender suas construções ideológicas. É digno de nota, que quase sempre o nome desse escritor está associado apenas ao universo fantástico da literatura infanto-juvenil, porém Lobato está presente em assuntos que envolvem diversos problemas do país, sejam eles de cunho social, político/ econômico ou cultural.

José Bento Monteiro Lobato nasceu em Taubaté - SP, em 18 de abril de 1882, seis anos antes da abolição dos escravos, passou a infância em sua cidade natal entre a fazenda Santa Maria, a casa do Largo do Teatro e a chácara do Visconde (propriedade de seu avô, José Francisco Monteiro). Ao completar 18 anos, celebrando a maioridade e a virada para o século XX, Lobato partiu para a vida adulta, resolvendo jamais se intimidar frente aos poderosos.

Preocupado em transformar o Brasil em um país próspero, trouxe de sua experiência como adido comercial nos Estados Unidos, entre 1927 e 1930, ideias para explorar o ferro e o petróleo. Lobato acreditava que só o caminho do subsolo poderia tirar o país do estado primitivo. Visionário prevê a violência no trânsito, clama por uma nova escrita da história, antecipa relações comerciais e literárias e forja a industrialização do país.

De acordo com Yunes (1982), Monteiro Lobato era um homem de ação e valia-se da habilidade de escritor para afrontar o que impedia o crescimento do país. Através dos diálogos divergentes no período Moderno, o escritor foi um dos responsáveis pela vivência moderna nas letras, com crítica sistemática ao conformismo mental e social, ao buscar na exploração da realidade, marcas de nacionalismo mais realistas e autênticas.

De acordo com Zilberman (1983), Monteiro Lobato é caracterizado como pré-modernista por apresentar características relacionadas ao regionalismo e a denúncia das desigualdades na sociedade oligárquica brasileira da Primeira República. Como regionalista Lobato retrata com total verossimilhança as regiões interioranas do Brasil; costumes, hábitos e a linguagem. Essas observações o levaram a incorporar em seus textos o vocabulário e as formas peculiares de falar dos caboclos, rompendo com a forma padrão que predominava nos textos literários e que mais se aproximavam da oralidade. Essa produção de linguagem interiorana, de caboclos caiu no gosto do público e da parte da crítica preocupada com a nacionalização da literatura brasileira.

No conto Urupês (1918), Lobato constrói a caricatura do caboclo preguiçoso, Jeca Tatu, que representa o típico indivíduo do interior do Brasil. O caipira marginalizado socialmente e historicamente que não tem

direito à educação; é subnutrido e sujeito a doenças. Portanto, é possível observar a preocupação de Lobato com o desenvolvimento social e mental do povo, caracterizando-o, dessa forma, como divulgador da ciência e do progresso do mundo moderno.

Em seus textos estão presentes o caráter moralista, doutrinário e sua luta pelos interesses da nação. O pensamento e a visão de mundo do escritor ressoam muitas vezes a partir das vozes de suas personagens, por isso, acredita-se que sua literatura, principalmente a infantil, esteja ligada aos anseios da situação econômica, política e social brasileira.

Assim sendo, a crítica da época além de destacá-lo como o literato mais representativo do período, agradecia o compromisso com a realidade brasileira, a capacidade de construir e inovar uma língua nacional, aspiração da maioria dos intelectuais, então preocupada em afirmar algo que fosse expressão de um nacionalismo. Lobato defendia o rompimento ao padrão lusitano, negando-se a considerar as transformações linguísticas produzidas em suas obras como desvio, transgressão da norma culta.

De acordo com Debus (2004), Lobato além de se preocupar com a qualidade de seus textos, também, compreendeu a situação precária do livro no país, o que o fez trocar a posição de fazendeiro pelo de empresário e editor. Durante o período que atuou no mundo editorial, garantiu a difusão de novos e importantes escritores, o que possibilitou, um novo panorama na literatura brasileira do início do século 20. Porém o principal reconhecimento da literatura para com Monteiro Lobato não se remete apenas a esse aspecto, já que Lobato tinha como árdua missão – a formação de leitores. Sendo assim, ao se preocupar com a formação de leitores críticos, abriu novas perspectivas de se ter cidadãos esclarecidos e autônomos no país.

Segundo Silva (2007), o interesse de Lobato em publicar para crianças teve início na década de 1920 quando observou que o público infantil precisava ser visto e ouvido. Produziu uma vasta obra infanto-juvenil, além de transpor barreiras e instituir novos cânones na Literatura Infanto-Juvenil Brasileira, os quais foram seguidos, posteriormente, por uma nova geração de escritores. Fazem parte desse grupo desde os anos 70, as canônicas Ruth Rocha, Ana Maria Machado e Lygia Bojunga, que defendem a importância das obras lobatianas para a formação leitora.

Evidencia-se, portanto, que após o trabalho de revisão acerca da biografia de Monteiro Lobato empreendida por alguns pesquisadores, a atuação desse escritor não se restringe apenas à escrita literária, mas diz respeito ainda à construção de um campo intelectual e literário, que, evidentemente, ultrapassa os limites do texto literário.

4 JECA TATU: CONSTRUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DE UMA PERSONAGEM

Diante do exposto acerca da biografia de Lobato, observa-se que esse autor esteve presente em momentos decisivos da história brasileira, lutando por ideais, os quais foram transmitidos por meio de suas personagens. Portanto, pretende-se caracterizar, nesse item, a construção e representação da personagem Jeca Tatu que passou por momentos de caracterizações contraditórias. Jeca Tatu, entre outros, faz parte da galeria de personagens mais populares da cultura brasileira.

Consagrado por meio dos artigos *Velha Praga* e *Urupês*, publicados no jornal *O Estado de São Paulo*, em 1914, o caipira do Vale do Paraíba passou a representar, inicialmente, tudo o que havia de errado com as subclasses brasileiras. Apresentado por Lobato, o caboclo seria descendente dos portugueses ou de uma negativa miscigenação entre brancos, índios e negros. Essa avaliação se completa com a apologia do imigrante italiano e alemão, em quem exaltaria a estabilidade de caráter e o constante estímulo para o trabalho.

Entretanto, a caracterização inicial dada a Jeca Tatu como “caboclo que prejudica o progresso da nação”, deve-se ao fato de Lobato herdar de seu avô uma fazenda no Vale do Paraíba, e decidir se dedicar à agricultura. A região onde a fazenda se localizava, havia muitas queimadas, as quais eram causadas pelos caboclos. O tema do caboclo surge, então, a partir das experiências, da observação que passou a fazer da vida rural e dos habitantes daquele ambiente.

Em 1917, comprou a *Revista do Brasil* e no ano seguinte resolveu reunir seus artigos em um só livro intitulado “Urupês”. A obra chamou a atenção de Rui Barbosa, que citou em um de seus discursos a personagem Jeca Tatu, como protótipo do camponês brasileiro, abandonado à miséria pelos poderes públicos. A obra logo ficou famosa e Lobato ainda mais, devido à polêmica que se espalhou por todo o país.

O artigo retrata Jeca Tatu, compreendido como metáfora do cidadão iletrado e interiorano, como a causa das deficiências econômicas e políticas do país. Para Monteiro Lobato, o caboclo era a pior das espécies, caracterizando-se como “velha praga”, um obstáculo para o progresso econômico e social. Lobato, então, compara os caboclos aos parasitas, que sugavam a terra e não davam nenhum tipo de benefício. Ironicamente, o escritor utiliza os argumentos da abundância da natureza e das qualidades do clima para se referir à preguiça do Jeca, conforme se observa no trecho abaixo:

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, semi nômade, inadaptável à civilização, mas que vive a beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem

chegando, vai ele fugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão [...] de modo sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encosorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se [...] o caboclo é uma quantidade negativa (LOBATO, 1985, p.135).

Porém ainda no mesmo ano, em 1918, debates acerca das populações pobres e rurais brasileiras, demonstram que as deficiências não se relacionavam à herança racial, mas sim, à falta de saneamento e educação. Portanto, uma nova caracterização do caboclo é apresentada por Monteiro Lobato no conto *Jeca Tatu – A Ressurreição*.

Reconhecendo, portanto, o estado precário da saúde e da educação do homem do campo, Lobato transfere a responsabilidade da situação a uma estrutura mais organizada, que deveria tratar desses assuntos. Com essa passagem, evidencia-se a ideia de que cabia ao Estado brasileiro cuidar do sistema de infra-estrutura para dar condições de saúde à população. Esta dimensão se reforçou nos anos que aconteciam a Campanha de Saúde Pública, uma vez que Lobato penetrava no tema da educação.

O empenho que demonstrou na Campanha pela Saúde Pública resultou em estreita amizade com o sanitarista Artur Neiva. A partir daqueles contatos resultaram em uma série de artigos envolvendo a questão da saúde como tema central. Artur Neiva soube mobilizar o escritor, vinculando a figura popularizada do Jeca Tatu às descrições da precariedade das condições de saúde e higiene no país. Lobato participou de uma das expedições organizadas pelo sanitarista e a partir de então, resolveu alertar sobre a imensidão de problemas da saúde e da urgência do investimento em saneamento básico, para impedir o círculo vicioso de doenças. Portanto, apela ao fator consciência como instrumento para superar a imagem idealizada do brasileiro. Na mesma linha de pensamento, voltará a repetir inúmeras vezes, sua revolta contra os políticos e literatos responsáveis pela sustentação da imagem deturpada de Jeca Tatu.

4.1 O Jeca e o sistema burocrático estatal

Após estudo sobre questões da burocracia Weberiana e dos contos *Urupês* e *Jeca Tatu: a ressurreição*, foi possível diagnosticar intersecções conceituais pertinentes entre as obras. Desta forma, oferece-se por meio deste estudo, um aprofundamento de aspectos sociais levantados por Lobato sob explicações factíveis com a pormenorização conseguida em descrições das estruturas organizacionais burocráticas, que se enquadram com a realidade apresentada nos contos de Lobato, principalmente com relação ao: estado, detentores do poder, governados e política.

O estado, tal como é tido nas descrições da burocracia, pode ser entendido como uma estrutura organizacional composta inclusive por

políticos, funcionários, governados e departamentos. Tudo isso é regido por normas padronizadas e disposto em uma hierarquia organizacional criadas para garantir um funcionamento contínuo da estrutura. Em *Urupês*, o estado é reconhecido como uma estrutura hierárquica e normatizada, na qual os governados se encontram na base da hierarquia em termos de tomada de decisão e também como utilizadores da burocracia estatal. Entretanto, tal burocracia se faz ineficiente perante as necessidades dos governados, como os caboclos. Nesse conto, são indicadas falhas do sistema burocrático, sobretudo em aspectos de promoção social como saneamento básico e educação, conforme se observa no trecho do conto:

A esta hora milhões de verdadeiros patriotas lá estão no eito, porejantes de suor, na faina da limpa e do plantio. Febrentos de maleita, exausto pelo amarelão, espezinhados pelo ácaro político, lá estão cavando a terra como podem, desajudados de tudo, sem instrução, sem saúde, sem gozo da mais elementar justiça. Estão “fazendo” patriotismo, embora desconheçam a palavra pátria. (LOBATO, 1948, p. 270 apud BASTOS, 2009).

No topo da hierarquia da burocracia estatal, encontram-se os detentores do poder, conferido, também, por tal hierarquia. Normalmente são políticos e pessoas indicadas por esses, como exemplo os ministros. Conforme a burocracia Weberiana, as funções exercidas pelos indivíduos detentores do poder, denotam um funcionamento mais aristocrático que democrático, tendo em conta que os governados não participam diretamente nas tomadas de decisões, mas sim apenas escolhendo quem irá tomá-las. Nos contos de Lobato, a estrutura burocrática estatal, da maneira como ela se encontra, não representa o reflexo dos anseios dos governados. Dessa forma, percebe-se traços aristocráticos por tal estrutura ser mais moldada de acordo com interesses de detentores do poder que pela análise do clamor popular, ou seja, pela democracia, como sugere a seguinte colocação: “... Um país não vale pelo tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade de sua gente. Ter saúde é a grande qualidade de um povo. Tudo mais vem daí (LOBATO, 1948, p. 340 apud BASTOS, 2009)”.

Sob o enfoque da burocracia, os governados são indivíduos que necessitam ser amparados pela estrutura burocrática estatal e, ao mesmo tempo, fornecem subsídios para a manutenção da mesma. Pelo fato de estarem na base da hierarquia organizacional, são submissos às vontades e disponibilidades da política e da estrutura estatal. Entre os papéis da burocracia estatal, configura a necessidade de esta exercer um controle social, que só é possível pela subordinação desigual da maioria subordinada, porém, é vista como necessária para a manutenção do sistema burocrático. No conto *Urupês*, o caboclo é caracterizado como ser ignorante, alienado e

carente. Assim sendo, Lobato revela a precariedade das condições de vida da população mais carente do país.

Em *Jeca Tatu: a ressurreição*, a personagem principal sofre alterações quanto às suas condições de vida, revelando mudanças na forma como o escritor passa a compreender os problemas sociais. O Jeca, enquanto indivíduo governado, aparece inicialmente como doente, carente de conhecimentos e vítima desses e de outros males em função de ineficiências do sistema burocrático que o impedem de ter acesso a melhores condições de vida. Na sequência, Lobato reconhece o caipira como vítima do sistema, portanto, propõe uma “campanha” em prol da saúde pública. Após uma reorganização da burocracia estatal, conforme fora proposto pelo autor, o governado Jeca se regenera graças à ciência e à medicina que o salvam e o transformam em um rico fazendeiro. Pode-se entender que essa regeneração corresponde não apenas à vida do Jeca mas sim ao povo brasileiro enquanto governados. Tal fato é evidenciado a seguir:

Ficou rico e estimado, como era natural; mas não parou aí. Resolveu ensinar o caminho da saúde aos caipiras das redondezas. Para isso montou na fazenda e vilas próximas vários POSTOS DE MALEITOSAN, onde tratava os enfermos de sezões; e também POSTOS DE ANKILOSTOMINA, onde curava os doentes de amarelão e outras verminoses. (LOBATO, 1948, p. 339 apud BASTOS, 2009)

Por fim, a política enquanto assunto pertinente ao sistema burocrático é tratada por Weber como meio de legitimar o poder e conduzir a estrutura burocrática na perspectiva dos detentores do poder. Na perspectiva dos governados, a política em uma estrutura burocrática pode ser uma ferramenta de revolução, capaz de por em prática conceitos da democracia. Monteiro Lobato, nos contos, lidera campanha política em prol do sanitarismo no Brasil, refletindo, dessa forma, o desenvolvimento da consciência política sobre o relacionamento entre Estado e sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou destacar aspectos relevantes dos contos lobatianos relacionados à estrutura burocrática estatal, suas imperfeições e a maneira como esta enquadra os indivíduos, possibilidades de aperfeiçoamento da mesma e consequências práticas na vida dos cidadãos. A política hora tratada por Lobato, enquadra-se com descrições acerca do mesmo tema nos estudos de Weber. O tratamento apresentado por Weber sobre a política, permitiu uma visão de sua estrutura funcional e, desta maneira, compreender melhor as questões políticas abordadas nos contos *Urupês* e *Jeca Tatu: a ressurreição*.

Os indivíduos, governados, descritos nesses contos puderam ser compreendidos sobre a ótica weberiana como aqueles que se tornaram submissos em um sistema hierárquico, regido por um poder delegado por eles mesmos, porém que não reflete seus próprios interesses. Assim, Lobato aponta imperfeições na organização burocrática que engloba Estado, governados e detentores do poder.

Com tais considerações e com as análises dos resultados deste estudo, traz-se respostas que permitem atender o objetivo principal proposto pelo presente artigo, descrevendo características da relação entre Jeca Tatu e o sistema burocrático Brasileiro, bem como a maneira que o caipira é dominado e controlado pela estrutura burocrática estatal.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **As regras da arte**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e Sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- D'AVILLA, Jerry. **Diploma de Brancura**: política social e racial no Brasil. Trad. Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Unesp, 2006.
- DEBUS, Eliane. **Monteiro Lobato e o leitor, esse conhecido**. Itajaí: Univali; Florianópolis: UFSC, 2004.
- LAJOLO, Marisa; CECCANTINI, João Luís (Org.). **Monteiro Lobato, livro a livro**: Obra infantil. São Paulo: Unesp, 2009.
- LOBATO, Monteiro. **Problema Vital**. 11 ed. Brasiliense: São Paulo, 1964.
- _____. **Urupês**. 31 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVA, Vera Maria Tietzmann. **Nem Ponto Nem Vírgula**: Estudos sobre Monteiro Lobato. Goiânia; Cãnone Editorial, 2007.
- WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.
- _____. **Os Economistas**. Trad. Maurício Tragtenberg; Waltensir Dutra; Calógeras A. Pajuaba; M. Irene de Q. F. Szmrecsányi; Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- _____. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Trad. Regis Barbosa; Karen Elzabe Barbosa. São Paulo: UNB, 2004.
- YUNES, Eliana. **Presença de Monteiro Lobato**. Rio de Janeiro: Divulgação e Pesquisa, 1982.
- ZILBERMAN, Regina (org.) **Atualidade de Monteiro Lobato: Uma revisão crítica?** São Paulo: Mercado Aberto, 1983.